

Nome: _____

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE COSTA OESTE DO
PARANÁ – CISCOPAR – 001/2023****01 – ASSESSOR JURÍDICO – PROVA 02****PROVA ESCRITA OBJETIVA
CADERNO DE QUESTÕES**

Leia atentamente as instruções abaixo e guarde a autorização para abertura deste caderno de questões.

1. Confira o seu **CADERNO DE QUESTÕES** nos primeiros 30 minutos de prova. Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, a prova poderá ser substituída nesse intervalo de tempo.
2. Assine seu nome no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A não assinatura incide na **DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO**.
3. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções identificadas com as letras A, B, C, D. Você deve assinalar apenas uma opção em cada questão, caso contrário, ela será nula.
4. Não dobre, não amasse nem manche o **CARTÃO-RESPOSTA**. Ele **NÃO** poderá ser substituído.
5. O tempo disponível para esta prova é de **4 horas**.
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES** não serão considerados na avaliação.
7. Quando terminar a prova, entregue-a ao fiscal **SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA**, juntamente com o **CARTÃO-RESPOSTA**. Em seguida, assine a **LISTA DE PRESENÇA**. Caso o **CADERNO DE QUESTÕES E/OU** o **CARTÃO-RESPOSTA** estejam rasgados ou incompletos, o candidato será eliminado.
8. Você somente poderá deixar o local de prova depois de decorrida uma hora do início da aplicação das provas.
9. Você também será excluído do certame caso:
 - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie.
 - b) Ausente-se da sala em que realiza a prova levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou **CARTÃO-RESPOSTA**, antes do prazo estabelecido.
 - c) Deixe de assinalar corretamente o campo no **CARTÃO-RESPOSTA**.
 - d) Seja um dos três últimos candidatos e deixe o local de prova sem acompanhar o fiscal à coordenação.

GABARITO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										

01 – ASSESSOR JURÍDICO – PROVA 02**CONHECIMENTOS GERAIS****Texto 1****MULTILINGUISMO**

Os povos indígenas sempre conviveram com situações de multilinguismo. Isso quer dizer que o número de línguas usadas por um indivíduo pode ser bastante variado. Há aqueles que falam e entendem mais de uma língua ou que entendem muitas línguas, mas só falam uma ou algumas delas.

Assim, não é raro encontrar sociedades ou indivíduos indígenas em situação de bilinguismo, trilinguismo ou mesmo multilinguismo.

É possível nos depararmos, numa mesma aldeia, com indivíduos que só falam a língua indígena, com outros que só falam a língua portuguesa e outros ainda que são bilíngues ou multilíngues. A diferença linguística não é, geralmente, impedimento para que os povos indígenas se relacionem e casem entre si, troquem coisas, façam festas ou tenham aulas juntos. Um bom exemplo disso se encontra entre os índios da família linguística tukano, localizados em grande parte ao longo do rio Uaupés, um dos grandes formadores do rio Negro, numa extensão que vai da Colômbia ao Brasil.

Entre esses povos habitantes do rio Negro, os homens costumam falar de três a cinco línguas, ou mesmo mais, havendo políglotas que dominam de oito a dez idiomas. Além disso, as línguas representam, para eles, elementos para a constituição da identidade pessoal. Um homem, por exemplo, deve falar a mesma língua que seu pai, ou seja, partilhar com ele o mesmo grupo linguístico. No entanto, deve se casar com uma mulher que fale uma língua diferente, ou seja, que pertença a um outro grupo linguístico.

Os povos tukano são, assim, tipicamente multilíngues. Eles demonstram como o ser humano tem capacidade para aprender em diferentes idades e dominar com perfeição numerosas línguas, independente do grau de diferença entre elas, e mantê-las conscientemente bem distintas, apenas com uma boa motivação social para fazê-lo.

O multilinguismo dos índios do Uaupés não inclui somente línguas da família tukano. Envolve também, em muitos casos, idiomas das famílias aruak e maku, assim como a língua geral amazônica ou nheengatu, o português e o espanhol.

Às vezes, nesses contextos, uma das línguas torna-se o meio de comunicação mais usado (o que os especialistas chamam de língua-franca), passando a ser utilizada por todos, quando estão juntos, para superar as barreiras da compreensão. Por exemplo, a língua tukano, que pertence à família tukano, tem uma posição social privilegiada entre as demais línguas orientais dessa família, visto que se converteu em língua geral ou língua franca da área do Uaupés, servindo de veículo de comunicação entre falantes de línguas diferentes. Ela suplantou algumas outras línguas (completamente, no caso arapaço, ou quase completamente, no caso tariana).

Há casos em que é o português que funciona como língua franca. Em algumas regiões da Amazônia, por exemplo, há situações em que diferentes povos indígenas e a população ribeirinha falam o nheengatu, língua geral amazônica, quando conversam entre si.

Nos primeiros tempos da colonização portuguesa no Brasil, a língua dos índios tupinambá (tronco tupi) era falada em uma enorme extensão ao longo da costa atlântica. Já no século XVI, ela passou a ser aprendida pelos portugueses, que de início eram minoria diante da população indígena. Aos poucos, o uso dessa língua, chamada de brasílica, intensificou-se e generalizou-se de tal forma que passou a ser falada por quase toda a população que integrava o sistema colonial brasileiro.

Grande parte dos colonos vinha da Europa sem mulheres e acabavam tendo filhos com índias, de modo que essa era a língua materna dos seus filhos. Além disso, as missões jesuítas incorporaram essa língua como instrumento de catequização indígena. O padre José de Anchieta publicou uma gramática, em 1595, intitulada *Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil*. Em 1618, publicou-se o primeiro catecismo na língua brasílica. Um

manuscrito de 1621 contém o dicionário dos jesuítas, *Vocabulário na Língua Brasileira*.

A partir da segunda metade do século XVII, essa língua, já bastante modificada pelo uso corrente de índios missionados e não-índios, passou a ser conhecida pelo nome *língua geral*. Mas é preciso distinguir duas línguas gerais no Brasil-Colônia: a paulista e a amazônica. Foi a primeira delas que deixou fortes marcas no vocabulário popular brasileiro ainda hoje usado (nomes de coisas, lugares, animais, alimentos etc.) e que leva muita gente a imaginar que “a língua dos índios é (apenas) o tupi”.

A língua geral paulista teve sua origem na língua dos índios tupi de São Vicente e do alto rio Tietê, a qual diferia um pouco da dos tupinambá. No século XVII, era falada pelos exploradores dos sertões conhecidos como bandeirantes. Por intermédio deles, a língua geral paulista penetrou em áreas jamais alcançadas pelos índios tupi-guarani, influenciando a linguagem corriqueira de brasileiros.

Essa segunda língua geral desenvolveu-se inicialmente no Maranhão e no Pará, a partir do tupinambá, nos séculos XVII e XVIII. Até o século XIX, ela foi veículo da catequese e da ação social e política portuguesa e luso-brasileira. Desde o final do século XIX, a língua geral amazônica passou a ser conhecida, também, pelo nome nheengatu (ie’engatu = língua boa).

Apesar de suas muitas transformações, o nheengatu continua sendo falado nos dias de hoje, especialmente na bacia do rio Negro (rios Uaupés e Içana). Além de ser a língua materna da população cabocla, mantém o caráter de língua de comunicação entre índios e não-índios, ou entre índios de diferentes línguas. Constitui, ainda, um instrumento de afirmação étnica dos povos que perderam suas línguas, como os baré, os arapaço e outros.

Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas>. Adaptado conforme o acordo ortográfico vigente. Acesso em: 09/09/2023.

Questão 01

Assinale a alternativa que apresenta um dos objetivos do enunciador do Texto 1 acima.

- a) Avaliar o desempenho linguístico de indígenas que falam duas ou mais línguas.
- b) Caracterizar a etnia do povo nheengatu.

- c) Tecer comentário críticos acerca da colonização portuguesa.
- d) Apresentar fatos sobre o desenvolvimento da língua nheengatu.

Questão 02

Há aqueles que falam e entendem mais de uma língua ou que entendem muitas línguas, mas só falam uma ou algumas delas.

Considerando o conteúdo do enunciado acima, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Não é possível falar muitas línguas e entender apenas uma delas.
- b) É possível falar muitas línguas e entender apenas uma delas.
- c) É possível falar uma única língua e entender outras línguas.
- d) É possível entender duas línguas e falar somente uma das duas.

Questão 03

O que os especialistas chamam de língua-franca.

Em relação aos aspectos morfossintáticos do período acima, é CORRETO afirmar que:

- a) A expressão “língua-franca” constitui um termo predicativo do objeto.
- b) A expressão “língua-franca” é um termo complemento nominal.
- c) O vocábulo “que” é uma conjunção integrante.
- d) O vocábulo “que” é um pronome demonstrativo.

Questão 04

Aos poucos, o uso dessa língua, chamada de brasílica, intensificou-se e generalizou-se de tal forma que passou a ser falada por quase toda a população que integrava o sistema colonial brasileiro.

O trecho sublinhado no período acima se classifica como:

- a) Aposto.
- b) Vocativo.
- c) Interjeição.
- d) Sujeito.

Questão 05

Além disso, as missões jesuítas incorporaram essa língua como instrumento de catequização indígena.

Considerando a progressão temática do Texto 1, a expressão sublinhada no trecho acima pode ser substituída, sem prejuízo para os sentidos gerais do texto, por:

- a) O tukano.
- b) O espanhol.
- c) A língua franca.
- d) A língua dos índios tupinambá.

Questão 06

Assinale a alternativa em cuja sentença ocorre pelo menos UM pronome demonstrativo.

- a) Os povos indígenas sempre conviveram com situações de multilinguismo.
- b) Assim, não é raro encontrar sociedades ou indivíduos indígenas em situação de bilinguismo, trilinguismo ou mesmo multilinguismo.
- c) Entre esses povos habitantes do rio Negro, os homens costumam falar de três a cinco línguas, ou mesmo mais, havendo políglotas que dominam de oito a dez idiomas.
- d) O multilinguismo dos índios do Uaupés não inclui somente línguas da família tukano.

Questão 07

Constitui, ainda, um instrumento de afirmação étnica dos povos que perderam suas línguas, como os baré, os arapaço e outros.

No período acima, há omissão de um termo sujeito, o qual pode ser facilmente recuperado através de pistas no contexto. Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE esse termo.

- a) A língua dos índios.
- b) O tupinambá.
- c) O nheengatu.
- d) A língua geral de São Paulo.

Questão 08

De acordo com o texto, palavras oriundas de línguas indígenas ingressaram no vocabulário da língua portuguesa falada no Brasil. Considerando a língua portuguesa como referência, pode-se dizer que, na época desse ingresso, tais palavras eram consideradas:

- a) Arcaísmos.
- b) Neologismos.

- c) Preciosismos.
- d) Anglicismos.

Questão 09

A palavra “lusobrasileira” contém duas bases adjetivais que significam:

- a) De Lisboa e do Brasil.
- b) Da África e do Brasil.
- c) De Portugal e do Brasil.
- d) Da Ibéria e do Brasil.

Questão 10

Apesar de suas muitas transformações, o nheengatu continua sendo falado nos dias de hoje, especialmente na bacia do rio Negro (rios Uaupés e Içana).

A expressão sublinhada no trecho acima tem valor semântico de:

- a) Conjunção concessiva.
- b) Conjunção conformativa.
- c) Preposição articulada.
- d) Preposição imprópria.

Questão 11

Ao criar um documento de texto dentro do *Google Drive*, ele é automaticamente criado no formato de DOCX. No entanto, também é possível exportar esse arquivo no formato de PDF. Para isso, o usuário deve:

- a) Clicar em “Arquivo”, depois “Fazer download” e então selecionar a opção “Documento PDF”.
- b) Clicar em “Arquivo”, depois “Novo” e então selecionar a opção “Documento”.
- c) Clicar em “Formatar”, depois “Estilos de parágrafo” e então selecionar a opção “Bordas e sombreamento”.
- d) Clicar em “Arquivo”, depois “Fazer download” e então selecionar a opção “Microsoft Word”.

Questão 12

O *Google Docs* é formado por um pacote de aplicativos do *Google*, que vão desde editores de texto a planilhas. Das vantagens de se utilizar este SaaS, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Permite criar e gerenciar pastas para organizar os arquivos.
- b) Funciona de forma síncrona e assíncrona.
- c) Permite a criação de documentos, planilhas, apresentações e formulários.

d) Permite a edição simultânea de arquivos, mas apenas se os usuários estiverem conectados na mesma rede Wi-Fi.

Questão 13

Tomando como base o tema supracitado, associe os termos abaixo com suas respectivas definições:

I- SaaS.

II- PaaS.

III- IaaS.

(___) Disponibilização de uma plataforma de desenvolvimento como serviço, sem que seja necessário haver a configuração de qualquer infraestrutura.

(___) Disponibilização de infraestrutura como serviço. Nesse modelo, tem-se a terceirização de centros de processamento de dados e servidores.

(___) Disponibilização de *software* como serviço. Ou seja, não há venda de unidades ou licenças.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA:

a) III – II – I.

b) II – I – III.

c) II – III – I.

d) I – II – III.

Questão 14

Ainda no que se refere aos diferentes tipos de serviços ofertados em nuvem, assinale a alternativa que apresenta DOIS serviços de “infraestrutura em nuvem”.

a) *Google Drive e Office 365.*

b) *Google Chrome e Microsoft Edge.*

c) *AWS e Azure.*

d) *Mozilla FireFox e Opera GX.*

Questão 15

Os formatos de arquivo .jpg, .xls, .ppt e .txt se referem, RESPECTIVAMENTE, a:

a) Uma imagem, uma planilha, uma apresentação de slides e um arquivo de texto puro.

b) Um arquivo de texto, uma apresentação de slides, um texto puro e uma planilha.

c) Uma imagem, uma apresentação de slides, uma planilha e um arquivo de texto puro.

d) Uma mensagem de e-mail, um vídeo, uma imagem e um livro.

Questão 16

Uma caixa de som e duas mesas foram adquiridas pela quantia de R\$ 10.400,00. O custo da caixa de som ultrapassou em R\$ 7.600,00 o das duas mesas. Sabendo-se, ainda, que o preço de uma das mesas é igual ao da outra mais R\$ 200,00, assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE o valor da caixa de som.

a) R\$ 7.000,00.

b) R\$ 8.000,00.

c) R\$ 9.000,00.

d) R\$ 9.600,00.

Questão 17

Sabe-se que um código de computador é composto por 4 dígitos que podem ser letras, números ou sinais de operações matemáticas. Um indivíduo deseja saber o código e sabe que o primeiro dígito é uma das letras do alfabeto, o segundo e o terceiro dígitos são sinais de operações matemáticas elementares e o quarto dígito é um número.

Assinale a alternativa que indica quantas senhas devem ser digitadas, segundo as características acima, para o indivíduo que deseja encontrar o código CORRETO.

a) 2.680.

b) 3.680.

c) 4.680.

d) 1.680.

Questão 18

Há pouco tempo atrás as placas de automóveis constavam de duas letras e quatro algarismos. Assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE o número de placas que podem ser fabricadas com as letras P, Q e R e os algarismos 0, 1, 7 e 8.

a) 2.304.

b) 2.344.

c) 2.456.

d) 2.654.

Questão 19

Em uma caixa há 18 bolas numeradas de 1 a 18. Retirando-se uma bola ao acaso, indique a alternativa que conste a probabilidade de se obter um múltiplo de 3.

- a) 21,2%.
- b) 22,2%.
- c) 23,2%.
- d) 24,2%.

Questão 20

Ao acrescentar 20 unidades à terça parte de um número, o resultado é 45. Assinale a alternativa que representa esse número.

- a) 25.
- b) 35.
- c) 55.
- d) 75.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Questão 21**

Anderson Sant'Ana Pedra (in Interpretação e aplicabilidade da Constituição: em busca de um Direito Civil Constitucional. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 8, n. 99, 10 out. 2003. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/4266>. Acesso em: 2 out. 2023), defende que “a eficácia de uma Constituição dependerá não só da sua fidelidade aos valores sociais e políticos consagrados pela sociedade, mas também – e principalmente – de uma correta interpretação daquilo que o texto prescreve”. Sob este prisma, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta quanto à aplicabilidade ou interpretação das normas constitucionais:

- a) São sempre de aplicação imediata e independem de regulamentação.
- b) Dependem exclusivamente de regulamentação para produzir efeitos.
- c) Têm aplicação imediata, mas podem depender de regulamentação em alguns casos.
- d) São apenas declarações de princípios políticos, sem efeito jurídico direto.

Questão 22

O art. 1º, da Constituição Federal, estabelece que a República Federativa do Brasil, formada pela união

indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Dentre as opções abaixo, assinale a alternativa correta:

- a) A cidadania se refere exclusivamente à nacionalidade dos indivíduos, sem relação com os direitos políticos.
- b) A dignidade da pessoa humana é um princípio que se aplica apenas aos brasileiros natos, excluindo os naturalizados.
- c) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa promovem a centralização do poder econômico nas mãos do Estado.
- d) O pluralismo político é um princípio que garante a diversidade de partidos políticos, ideologias e opiniões no cenário democrático brasileiro.

Questão 23

No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais, conforme estabelecidos na Constituição Brasileira, assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos individuais previstos no art. 5º da Constituição não podem ser relativizados em situações de estado de defesa ou estado de sítio, independentemente das circunstâncias.
- b) A Constituição assegura o direito à liberdade de expressão, mas veda a possibilidade de manifestações públicas pacíficas, independentemente do contexto.
- c) Em caso de prisão em flagrante, é vedado ao preso comunicar-se com qualquer pessoa, inclusive com seu advogado, até que seja prestado o devido depoimento à autoridade policial.
- d) O direito à vida, previsto no art. 5º, é um direito fundamental e não admite restrições ou limitações, ressalvadas as hipóteses excepcionabilíssimas, como a pena de morte em caso de guerra declarada.

Questão 24

Os direitos sociais são um conjunto de garantias e benefícios assegurados aos cidadãos em uma sociedade, visando promover diversos aspectos fundamentais para o desenvolvimento humano e a qualidade de vida. Esses direitos são considerados fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. De acordo com o art. 6º, da Constituição Federal Brasileira, que trata dos direitos sociais, assinale a alternativa CORRETA em relação aos direitos elencados no referido artigo.

- a) O art. 6º da Constituição elenca direitos que são todos de eficácia plena e aplicabilidade imediata, não dependendo de regulamentação infraconstitucional.
- b) Apenas alguns dos direitos elencados no art. 6º têm caráter programático, sendo sua implementação gradual e dependente de recursos disponíveis no orçamento público.
- c) Os direitos sociais do art. 6º da Constituição têm aplicação restrita apenas aos cidadãos brasileiros, não se estendendo aos estrangeiros residentes no país.
- d) Os direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição são todos de natureza prestacional, exigindo intervenção estatal direta para sua efetivação.

Questão 25

As Cláusulas Pétreas desempenham um papel fundamental na proteção da estrutura democrática e dos direitos fundamentais estabelecidos na Constituição e possuem um *status* normativo especial. Em relação às Cláusulas Pétreas, de acordo com o art. 60, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) As Cláusulas Pétreas são emendas constitucionais que possuem um status especial e podem ser alteradas somente por meio de plebiscito nacional.
- b) As Cláusulas Pétreas podem ser objeto de deliberação para sua abolição, desde que haja maioria absoluta de votos no Congresso Nacional.
- c) As Cláusulas Pétreas são irreformáveis e não podem ser objeto de deliberação para sua abolição, como os direitos e garantias individuais, de acordo com o art. 60, § 4º, IV, da Constituição Federal.
- d) As Cláusulas Pétreas podem ser alteradas por meio de decreto presidencial, sem necessidade de aprovação do Congresso Nacional.

Questão 26

O Tribunal de Contas da União (TCU) é um órgão de controle externo que desempenha um papel fundamental na fiscalização das contas públicas, na análise da legalidade e da eficiência dos gastos públicos, e na avaliação da gestão dos recursos públicos federais, cujas funções e responsabilidades, dentre outras, incluem auditoria e fiscalização das contas do Governo Federal, julgamento de contas, emissão de parecer prévio sobre as contas do governo federal, orientação e recomendações. Com base no texto do art. 73, da Constituição Federal, que trata dos requisitos para a nomeação de Ministros do TCU, assinale a alternativa correta:

- a) Os Ministros do TCU devem ter mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros.
- b) A idoneidade moral e a reputação ilibada não são requisitos obrigatórios para a nomeação de Ministros do TCU.
- c) Para ser nomeado Ministro do TCU, é necessário possuir notórios conhecimentos em administração pública e, pelo menos, cinco anos de exercício de função pública.
- d) Os Ministros do TCU são escolhidos exclusivamente pelo Presidente da República, sem necessidade de aprovação do Senado Federal.

Questão 27

A seguridade social é um conceito abrangente que se refere a um conjunto de políticas e ações governamentais destinadas a garantir o bem-estar social e a proteção social dos cidadãos em uma sociedade. É uma parte fundamental do contrato social em muitos países, que tem como objetivo principal assegurar condições dignas de vida, promover a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades sociais. Com base no art. 194, da Constituição Federal, que define os objetivos da seguridade social, assinale a alternativa correta sobre um desses objetivos:

- a) A seguridade social visa à uniformidade dos benefícios e serviços, distinguindo entre populações urbanas e rurais.
- b) Um dos objetivos da seguridade social é a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- c) A seguridade social busca a exclusividade da base de financiamento, sem permitir a diversidade de fontes de recursos.
- d) O art. 194, da Constituição Federal, não estabelece objetivos específicos para a seguridade social, apenas descreve sua estrutura.

Questão 28

Os crimes de responsabilidade do Presidente da República são uma categoria específica de infrações políticas e administrativas que podem levar à destituição do chefe do Poder Executivo Federal. Esses crimes estão previstos na Constituição Federal, precisamente no art. 85, e na Lei n. 1.079/1950, que regula o processo de impeachment no país. Em relação aos crimes de responsabilidade do Presidente da República, de acordo com o art. 85, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O Presidente da República pode ser responsabilizado por atos que atentem contra a existência da União, mas não por atos que atinjam a probidade na administração.
- b) Atos que atentem contra o livre exercício do Poder Legislativo e do Poder Judiciário são considerados crimes de responsabilidade, mas não aqueles que afetem o cumprimento das leis e das decisões judiciais.
- c) Crimes de responsabilidade não envolvem o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, uma vez que esses são considerados delitos comuns.
- d) A segurança interna do país é um dos objetos de proteção dos crimes de responsabilidade do Presidente da República.

Questão 29

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) são instrumentos jurídicos que têm como objetivo principal controlar a constitucionalidade das leis e atos normativos no sistema jurídico. Sobre a ADC e a ADI previstas no art. 103, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A ADI é utilizada para questionar leis ou atos normativos federais ou estaduais que violam a Carta Magna. No caso da ADC, o objeto de questionamento são apenas as leis ou os atos normativos federais.
- b) Qualquer cidadão brasileiro pode propor tanto a ADC quanto a ADI perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) A ADC somente pode ser proposta pelo Presidente da República e pelo Procurador-Geral da República.
- d) A ADI é um instrumento exclusivo do Poder Executivo para contestar a constitucionalidade de leis e atos normativos.

Questão 30

Administração pública é o conjunto de atividades e órgãos que integram a estrutura do Estado e têm como objetivo principal gerir os recursos e os serviços públicos, bem como implementar políticas públicas para atender às necessidades da sociedade. Ela envolve a gestão dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos do Estado, visando a garantir o bem-estar da população e o funcionamento eficiente das instituições governamentais. No contexto dos princípios que regem a administração pública, conforme estabelecido no art. 37, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da impessoalidade determina que a administração pública deve tratar todos os cidadãos de maneira igual, sem levar em consideração suas circunstâncias individuais.
- b) O princípio da eficiência exige que a administração pública atue de forma burocrática e lenta para garantir a correta aplicação das leis.
- c) O princípio da moralidade impede que a administração pública adote medidas transparentes e éticas em suas ações.
- d) O princípio da legalidade permite que a administração pública atue de acordo com seus próprios interesses, mesmo que contrarie a legislação vigente.

Questão 31

Segundo Hely Lopes Meirelles, o poder de polícia é uma prerrogativa da administração pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais em benefício da coletividade ou do Estado. Com base nessa definição, assinale a alternativa que não corresponde a uma característica essencial do poder de polícia:

- a) Discricionariedade na atuação administrativa.
- b) Finalidade de proteção do interesse público.
- c) Possibilidade de atuação apenas em situações de emergência.
- d) Limitação das atividades econômicas privadas.

Questão 32

Para Maria Sylvia Zenalla Di Pietro, atos administrativos são uma “declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário” (in Direito Administrativo, 13. ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 196) e têm por atributos, ou propriedades jurídicas especiais, conforme a doutrina mais moderna, a presunção de legitimidade, a imperatividade, a exigibilidade, a autoexecutoriedade e a tipicidade. Em relação aos atributos dos atos administrativos, assinale a alternativa que descreve corretamente a autoexecutoriedade.

- a) A autoexecutoriedade significa que os atos administrativos são presumidos legítimos até prova em contrário.
- b) A autoexecutoriedade permite que o Poder Judiciário intervenha sempre que um ato administrativo precise ser colocado em prática pela Administração Pública.
- c) A autoexecutoriedade possibilita que a Administração Pública execute diretamente o ato administrativo, sem necessidade de autorização judicial prévia.

- d) A autoexecutoriedade implica que a Administração Pública deve seguir rigorosamente a tipicidade prevista em lei para cada ato que deseja praticar.

Questão 33

Os consórcios públicos são uma ferramenta importante para promover a eficiência na gestão pública e a otimização de recursos, especialmente em áreas onde a cooperação entre entes federativos pode trazer benefícios significativos. Eles permitem a realização de projetos e a oferta de serviços que talvez não fossem viáveis para um único município ou estado, contribuindo para o desenvolvimento regional e o atendimento das demandas da população de forma mais eficaz. De acordo com a Lei n. 11.107/2005, que dispõe sobre as normas gerais de contratação de consórcios públicos, assinale a alternativa correta acerca dos objetivos e prerrogativas dos consórcios públicos.

- a) Os consórcios públicos não podem ser contratados pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, mesmo com licitação.
- b) Os consórcios públicos não podem promover desapropriações ou instituir servidões, mesmo nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social realizada pelo Poder Público.
- c) Os consórcios públicos não podem emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados ou, mediante autorização específica, pelo ente da Federação consorciado.
- d) Os consórcios públicos têm a prerrogativa de outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos, observada a legislação de normas gerais em vigor e mediante autorização prevista no contrato de consórcio público, que deverá indicar de forma específica o objeto da concessão, permissão ou autorização e as condições a que deverá atender.

Questão 34

Em relação à formação de consórcios públicos, de acordo com a Lei n. 11.107/2005, assinale a alternativa correta acerca dos protocolos de intenções e das cláusulas necessárias.

- a) O protocolo de intenções é opcional na formação de consórcios públicos, e suas cláusulas necessárias incluem apenas a denominação, a finalidade e o prazo de duração do consórcio.
- b) O protocolo de intenções é obrigatório na formação de consórcios públicos, e suas cláusulas necessárias

incluem apenas a denominação, a finalidade e o prazo de duração do consórcio.

- c) O protocolo de intenções é opcional na formação de consórcios públicos, e suas cláusulas necessárias incluem, entre outros pontos, a identificação dos entes da Federação consorciados, a área de atuação do consórcio e a previsão de eleição do representante legal.
- d) O protocolo de intenções é obrigatório na formação de consórcios públicos, e suas cláusulas necessárias incluem, entre outros pontos, a identificação dos entes da Federação consorciados, a área de atuação do consórcio e a previsão de eleição do representante legal.

Questão 35

Com base nas disposições da Lei n. 11.107/2005, assinale a alternativa correta quanto aos requisitos para que um consórcio público adquira personalidade jurídica de direito privado:

- a) A personalidade jurídica de direito privado de um consórcio público é adquirida automaticamente após a assinatura do protocolo de intenções, independentemente do cumprimento de outros requisitos.
- b) Para adquirir personalidade jurídica de direito privado é suficiente a aprovação do protocolo de intenções.
- c) A personalidade jurídica de direito privado de um consórcio público é adquirida mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.
- d) Para adquirir personalidade jurídica de direito privado, um consórcio público deve cumprir apenas as normas trabalhistas da CLT, sem a necessidade de observar outros requisitos.

Questão 36

Licitação é um procedimento administrativo formal realizado pela administração pública com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de serviços, aquisição de bens ou realização de obras. Ela tem como princípios fundamentais a busca pela competitividade, a igualdade entre os concorrentes, a transparência, a impessoalidade e a economicidade dos recursos públicos. De acordo com a Lei n. 14.133/2021, assinale a alternativa correta em relação às contratações que não se subordinam ao regime desta Lei.

- a) Contratos que tenham por objeto a alienação e concessão de direito real de uso de bens.
- b) Contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente

financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.

- c) Contratos de locação.
- d) Concessão e permissão de bens públicos.

Questão 37

A finalidade do processo licitatório é selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública na contratação de serviços, aquisição de bens ou realização de obras. De acordo com o art. 17, da Lei n. 14.133/2021, assinale a alternativa correta que apresenta corretamente a sequência de fases do processo de licitação.

- a) Preparatória, de divulgação do edital de licitação, de habilitação, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, recursal e de homologação.
- b) Preparatória, de divulgação do edital de licitação, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de habilitação, de julgamento, recursal e de homologação.
- c) De divulgação do edital de licitação, preparatória, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de habilitação, recursal e de homologação.
- d) Preparatória, de divulgação do edital de licitação, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de habilitação, recursal e de homologação.

Questão 38

“O cumprimento da função social é requisito para que um imóvel produtivo não possa ser desapropriado para fins de reforma agrária. Esse entendimento foi fixado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3865, na sessão virtual encerrada em 1º/9. Segundo o artigo 186 da Constituição Federal, a função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente a alguns requisitos, como a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis, a preservação do meio ambiente e a observância da legislação trabalhista”

(STF, informação disponível em <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=513467&ori=1>, acesso em 06 out. 2023).

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3865, consubstanciado no texto apresentado, assinale a alternativa que indica corretamente os requisitos para que um imóvel

produtivo não possa ser desapropriado para fins de reforma agrária:

- a) O requisito é a comprovação de que o proprietário do imóvel cumpriu com todas as obrigações tributárias relativas ao imóvel.
- b) Os requisitos são a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis, a preservação do meio ambiente e a observância da legislação trabalhista.
- c) O requisito é a exclusivamente a observância da legislação trabalhista em relação aos empregados do proprietário do imóvel.
- d) O requisito é a comprovação de que o proprietário do imóvel não possui dívidas bancárias relacionadas ao imóvel.

Questão 39

A Lei n. 13.709/2018 (LGPD) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que indica hipótese não aplicável de tratamento de dados pessoais:

- a) Para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.
- b) Para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.
- c) Quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados.
- d) Quando necessário para atender aos interesses publicitários e mercadológicos do controlador ou de terceiro, mesmo quando o titular não consentiu como o fornecimento dos dados.

Questão 40

De acordo com o art. 18, da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a hipótese que não configura direito do titular dos dados pessoais, em relação aos dados tratados pelo controlador:

- a) Confirmação da existência de tratamento.
- b) Acesso aos dados.
- c) Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.

- d) Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, na hipótese de estudo por órgão de pesquisa, garantida a anonimização dos dados pessoais.

Questão 41

Em relação à revogação das leis, de acordo com o art. 2º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale, dentre as alternativas abaixo, a que apresenta uma afirmação correta:

- a) A lei posterior nunca revoga a anterior, independentemente das circunstâncias.
- b) A lei posterior sempre revoga a anterior, independentemente das circunstâncias.
- c) A lei posterior revoga a anterior apenas quando expressamente o declare, quando houver incompatibilidade entre elas ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- d) A lei posterior revoga a anterior apenas quando regulamenta inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior, independentemente de incompatibilidade.

Questão 42

No âmbito do Direito Civil, uma pessoa natural, também conhecida como pessoa física, refere-se a um indivíduo humano, ou seja, uma pessoa real, com existência física, que possui direitos e obrigações perante a lei. As pessoas naturais têm capacidade jurídica para adquirir direitos e contrair obrigações. Com base no art. 4º, do Código Civil Brasileiro, que trata da capacidade civil das pessoas naturais, marque a alternativa que apresenta uma afirmação correta sobre os incapazes:

- a) Os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos são incapazes apenas para atos relacionados à aquisição de bens imóveis.
- b) Os ébrios habituais são considerados incapazes de exercer qualquer ato da vida civil.
- c) Aqueles que não puderem exprimir sua vontade devido a causa transitória ou permanente são considerados incapazes, exceto se estiverem acompanhados por um curador.
- d) Os pródigos são considerados incapazes somente para a prática de atos relacionados a direitos reais.

Questão 43

Considere o seguinte caso hipotético e, em seguida, responda ao que se pede. Carlos, com dezesseis anos completos, deseja emancipar-se para adquirir a capacidade plena para a prática de todos os atos da vida civil. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a que

apresenta uma forma não válida de emancipação, de acordo com o Código Civil Brasileiro:

- a) Emancipação por estabelecimento de domicílio em local distinto do domicílio dos pais, mantendo-se a dependência econômica destes.
- b) Emancipação pelo estabelecimento civil ou comercial, desde que o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.
- c) Emancipação pelo exercício de emprego público efetivo.
- d) Emancipação pela concessão de ambos os pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.

Questão 44

A cláusula penal é um dispositivo contratual que estabelece uma multa ou uma forma de indenização por descumprimento ou atraso no cumprimento da obrigação pactuada. Ela tem como objetivo principal prever, de antemão, as consequências financeiras que serão aplicadas, proporcionando maior segurança jurídica às partes. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que indica corretamente a limitação estabelecida pelo Código Civil Brasileiro para o valor da cominação imposta na cláusula penal:

- a) O valor da cominação na cláusula penal pode exceder o da obrigação principal, desde que as partes concordem.
- b) O valor da cominação na cláusula penal não pode ser inferior ao da obrigação principal.
- c) O valor da cominação na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal.
- d) O valor da cominação na cláusula penal deve ser sempre o dobro do valor da obrigação principal.

Questão 45

O litisconsórcio é um instituto processual em que se dá a presença de múltiplos litigantes, ou seja, várias partes envolvidas em uma mesma ação judicial, seja como autores (litisconsórcio ativo) ou como réus (litisconsórcio passivo). Assinale a alternativa que apresenta, a teor do art. 113, do Código de Processo Civil, corretamente as situações pelas quais duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente:

- a) Quando houver conexão pelo pedido ou causa de pedir.
- b) Quando não houver afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.

- c) Quando não existir comunhão de direitos ou obrigações relativamente à lide.
- d) Quando ocorrer conexão pelo pedido, mas não pela causa de pedir.

Questão 46

João, servidor público municipal, está envolvido em um caso de falsidade ideológica. Ele, prevalecendo-se com cargo, inseriu declaração falsa em documento particular, com o objetivo de prejudicar um terceiro. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a que indica corretamente a pena prevista o crime supostamente cometido por João:

- a) Reclusão de um a cinco anos e multa, majorada em um sexto.
- b) Reclusão de um a três anos e multa.
- c) Reclusão de um a cinco anos e multa, pois João é funcionário público.
- d) Reclusão de um a quatro anos e multa, pois João é funcionário público.

Questão 47

Por lançamento tributário, segundo Hugo de Brito Machado (in Curso de Direito Tributário. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2012, p. 177), deve-se compreender “o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, identificar o sujeito passivo, determinar a matéria tributável e calcular ou por outra forma definir o montante do crédito tributário, aplicando, se for o caso, a penalidade cabível”. Em relação ao lançamento tributário, assinale a alternativa correta:

- a) O lançamento tributário pode ser alterado apenas mediante impugnação do sujeito passivo.
- b) O recurso de ofício é a única forma de alteração do lançamento prevista no texto do art. 145, do Código Tributário Nacional.
- c) A iniciativa de ofício da autoridade administrativa não pode ser utilizada para alterar o lançamento.
- d) A alteração do lançamento tributário pode ocorrer por iniciativa de ofício da autoridade administrativa nos casos previstos no artigo 149.

Questão 48

A Lei n. 13.467/2017, alterou a Consolidação das Leis do Trabalho, normatizando o teletrabalho, que ganhou destaque nos últimos anos, especialmente com o avanço da tecnologia e a necessidade de adaptação das empresas em situações como a pandemia de COVID-19, que levou muitas delas a adotarem o trabalho remoto como medida de segurança e prevenção. Dentre as alternativas abaixo, assinale a opção correta em relação ao teletrabalho:

- a) No teletrabalho, o empregado não utiliza tecnologias de informação e comunicação, trabalhando exclusivamente nas dependências do empregador.
- b) O comparecimento às dependências do empregador, mesmo para atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento, descaracteriza o regime de teletrabalho.
- c) No teletrabalho, o empregado não realiza atividades fora das dependências do empregador, trabalhando exclusivamente nas instalações físicas da empresa.
- d) O teletrabalho ocorre quando o empregado utiliza tecnologias de informação e de comunicação e presta serviços preponderantemente fora das dependências do empregador.

Questão 49

No âmbito do processo do trabalho no Brasil, o rito a ser adotado depende, dentre outros, do valor da causa. Assinale, dentre as alternativas abaixo, o valor máximo da causa que pode ser submetida ao procedimento sumaríssimo, conforme o disposto no art. 852-A da CLT:

- a) 20 salários-mínimos nacionais.
- b) 30 salários-mínimos nacionais.
- c) 40 salários-mínimos nacionais.
- d) 50 salários-mínimos nacionais.

Questão 50

Um empregado alegou que seu empregador não cumpriu as obrigações contratuais, o que motivou seu desejo de rescindir o contrato de trabalho e pleitear indenização. De acordo com o art. 483, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que lista as hipóteses em que um empregado pode considerar rescindido o contrato, assinale, dentre as alternativas abaixo, a que representa uma situação válida para essa rescisão:

- a) O empregado acredita que seu empregador reduziu seu trabalho, afetando sensivelmente a importância de seus salários.
- b) O empregado acredita que corre perigo manifesto de mal considerável devido a fatores externos à empresa.
- c) O empregado acredita que seu empregador está sendo muito severo, por ter-lhe aplicado uma advertência em virtude ato de desrespeito a um colega.
- d) O empregado acredita que seu empregador está sendo rigoroso em relação ao cumprimento das normas internas da empresa.